

**ASSOCIAÇÃO APOIO  
INFÂNCIA E 3ª IDADE  
S.VICENTE**

**Anexo ao Balanço  
e  
Demonstração  
de  
Resultados**

**2020**

## Índice

1	Identificação da Entidade	2
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	2
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e erros	11
5	Bens do Domínio Público	11
6	Activos Intangíveis	11
7	Activos Fixos Tangíveis	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários	11
10	Rédito	11
11	Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes	12
12	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
13	Efeitos de Alterações em taxas de câmbio	12
14	Impostos sobre o Rendimento	12
15	Benefícios dos Empregados	12
16	Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais	12
17	Acontecimentos Após a Data do Encerramento	12

### **1 Identificação da Entidade**

---

A Associação de Apoio Infância e 3ª Idade, em S.Vicente, Elvas é uma instituição sem fins lucrativos, sob a forma de IPSS, com sede na Rua Engenheiro António Gonçalves, cuja atividade é o Apoio Social a idosos na valência ERPI, SAD, Centro de Dia e à Infância na valência Creche.

### **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-lei nº98/2015 e pela Portaria 218/2015 de 23 de Julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) –Portaria 220/2015

- Código de Contas (CC) –portaria 218/2015 de 23 Julho
- NCRF-ESNL Aviso 8259/2015 de 29 Julho
- Normas Interpretativas (NI)



### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrerem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

#### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados pelo custo de aquisição ou de produção, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou pelo valor pelo qual figuravam na contabilidade, quando conhecido

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As grandes reparações são agregadas ao valor inicial e depreciadas pelo aumento da vida útil que proporcionarem.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta e de acordo com as taxas específicas, aprovadas pelo Decreto-lei nº 25/2009 de 14 de Setembro.

Os Terrenos não são depreciados

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade pode rever anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico escriturado na data de alienação, assim sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

### **3.2.2 Bens do património histórico e cultural**

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

### **3.2.3 Ativos Intangíveis**

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.4 Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Os investimentos financeiros são o Fundo de Compensação Trabalho

### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os

custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes são da Entidade ou dos serviços

### **3.2.6 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### **Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Clientes e outras Contas a Receber**

Os “Clientes” e as “Outras Contas a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não

será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

### **Outros Ativos e Passivos Financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e Outras Contas a Pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.8 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um Ex fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.9 Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos Obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

A Instituição não tem no momento qualquer financiamento bancário.

#### **Locações**

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) ...

Para 2020 não há qualquer IRC a pagar.

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### **5 Bens do Dominio Publico**

**6 Ativos Intangíveis – O valor líquido dos Ativos é de 527,69 euros,**

**7 Ativos Fixos Tangíveis - O valor líquido dos Ativos é de 5954,20 euros**

Durante 2020 os investimentos em Ativos fixos tangíveis foram de 860.39 euros

## **8 Custos de Empréstimos Obtidos**

---

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## **9 Inventários**

---

Em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>Inventário final</b>
Mercadorias	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1526,17
Activos Biológicos	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00
<b>Total</b>	<b>1526,17</b>

## **10 Rédito**

---

Para o período de 2020 foram reconhecidos os Réditos, nas respetivas contas (euros)

Vendas e Serviços Prestados: 191 217,73 euros

Subsídios à Exploração: 208 224,16 euros

Variação nos Inventários da Produção:

Outros Rendimentos .....1,15 euros

Juros e Rendimentos Similares Obtidos: 0 euros

## **11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

---

## **12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

Os subsídios atingiram o montante de 203 224,16 do ISS e 5000 do Município de Elvas

---

## **13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

## **14 Imposto sobre o Rendimento**

---

**Não houve IRC a Pagar**

---

**15 Benefícios dos empregados**

---

Os órgãos sociais não remunerados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 16

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Remunerações do pessoal: 177 802,73 euros

Encargos sobre Remunerações: 38 494,23 euros

Seguros: 4507,34 euros

Outros Gastos: 25 089 euros

**16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

**17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



**ADAITI**  
Ano 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
ATIVO		2020	
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis		5.954,20	
Ativos intangíveis		527,69	
Investimentos Financeiros		528,34	
Créditos e outros ativos não correntes			
		7.010,23	
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários		1.526,17	
Clientes		18.016,64	
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Diferimentos		865,77	
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários		25.802,75	
		46.211,33	
<b>Total do Ativo</b>		<b>53.221,56</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital subscrito		93.216,14	
Outros instrumentos de capital próprio		(,00)	
Reservas legais			
Outras reservas		(,00)	
Resultados transitados		(95.087,82)	
Outras variações no capital próprio		(,00)	
Resultado líquido do período		(5.147,23)	
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(7.018,91)</b>	
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões		(,00)	
Financiamentos obtidos		(,00)	
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores		1.640,87	
Estado e outros entes públicos		7.217,28	
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		51.382,32	
<b>Total do passivo</b>		<b>60.240,47</b>	
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>53.221,56</b>	

A Gerência: \_\_\_\_\_

O Contabilista certificado: \_\_\_\_\_

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	2020
<b>Rendimentos e Gastos</b>	
Vendas e Serviços prestados	191.217,73
Subsídios à Exploração	208.224,16
Ganhos /Perdas imputados de subsidiárias	
Variação Inventários da Produção	
Trabalhos própria entidade	
Custo das Mercadorias Vendidas e Mat Consumidas	-57.438,95
Fornecimentos Serviços Externos	-88.182,46
Gastos com Pessoal	-247.664,47
Ajustamentos de Inventários	
Imparidade de dívidas a receber	-4.725,14
Provisões	
Imparidade de Investimentos não depreciables	
Aumentos/reduções justo valor	
Outros Rendimentos	1,15
Outros gastos	-3.883,30
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-2.451,28</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortizações	
Imparidade de investimentos depreciables	-2.695,95
<b>Resultado operacional(antes de gastos financiamento e impostos)</b>	<b>-5.147,23</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-5.147,23</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>-5.147,23</b>



Resumo das Principais Rubricas

	(euros)	
<b>GASTOS</b>		
Alimentação	57.438	14,20%
Despesas Gerais	88182	21,80%
Despesas Pessoal	247664	61,21%
Outras	11304	2,79%
Total	404.588	
<b>RECEITAS</b>		
Mensalidades	191217	47,87%
Subsidios	208224	52,13%
Total	399441	